

# “Políticas públicas para a melhoria do ensino médio: socialização científica, tradução e transferência de resultados”

Relatório de projeto Meta1- Ação 1.1 - Estado da arte e produção do conhecimento



## DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

### POLÍTICAS EDUCATIVAS E PROFISSÃO DOCENTE NA FRANÇA

**Coordenação Geral:** Prof.(a) Dra. Dalila Andrade Oliveira (UFMG)  
**Autores do relatório:** Tiago Antonio da Silva Jorge, Ana Maria Alves Saraiva e Sâmara Carla Lopes Guerra de Araújo

Junho de 2023

D636

Jorge, Tiago Antonio da Silva, 1977-

Políticas educativas e profissão docente na França [recurso eletrônico] / Tiago Antonio da Silva Jorge, Ana Maria Alves Saraiva, Sâmara Carla Lopes Guerra de Araújo. -- Belo Horizonte : UFMG/FaE/Gestrado ; Lisboa (Portugal) : IE-Ulisboa, 2023. 13 p. -- (Docência na educação básica).

Coordenação Geral: Prof.(a) Dra. Dalila Andrade Oliveira (UFMG).

[Equipe do IE-ULisboa: Luís Miguel Carvalho (coord.)].

[Acima do título: "Políticas públicas para a melhoria do ensino médio: socialização científica, tradução e transferência de resultados : Relatório de projeto Meta1- Ação 1.1 - Estado da arte e produção do conhecimento"].

[Cutter de acordo com o título da série. Catalogação pelo conjunto da obra].

Bibliografia: p. 11-13.

1. Educação. 2. Professores -- Formação -- Políticas públicas -- Cooperação internacional -- Relatórios. 3. Professores -- Formação -- Políticas públicas -- França -- Relatórios. 4. Educação internacional -- Relatórios. 5. Educação -- Políticas públicas -- França -- Relatórios. 6. Educação e Estado -- França -- Relatórios. 7. Ensino médio -- França -- Relatórios. 8. Relatórios educacionais. 9. França -- Educação -- Relatórios.

I. Título. II. Saraiva, Ana Maria Alves, 1966-. III. Araújo, Sâmara Carla Lopes Guerra de, 1978-. IV. Oliveira, Dalila Andrade. V. Carvalho, Luís Miguel Carvalho.

CDD- 379

**Catalogação da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>5</b>
<b>2. A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA FRANÇA E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL.....</b>	<b>6</b>
<b>3. PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>8</b>
3.1. <i>Políticas de Avaliação .....</i>	8
3.2. <i>Currículo e formação de professores.....</i>	9
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>11</b>

## INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado como produto de pesquisa previsto na Meta 1 - Ação 1.1: Estado da arte e produção do conhecimento, previsto na pesquisa em andamento Políticas públicas para a melhoria do ensino médio: socialização científica, tradução e transferência de resultados. Conforme descrito na referida pesquisa, este produto se refere à elaboração de documento técnico, com estudo analítico, contendo levantamento e sistematização de informações referentes à educação na França.

Nesse sentido, o relatório tem como propósito proceder a uma síntese interpretativa sobre os principais marcos da intervenção do Estado na definição das políticas públicas direcionadas ao ensino básico e secundário na França, nas últimas duas décadas. Mais precisamente, o relatório visa descrever as políticas que incidem sobre a carreira e a avaliação dos professores e interpretar a sua evolução à luz das mudanças na regulação política e social da educação.

O relatório está organizado em três partes. Na primeira são apresentados os aspectos metodológicos do estudo. A segunda parte se refere à Nova Gestão Pública na França e suas influências nas políticas educacionais. Na terceira são apresentados os principais achados da pesquisa em relação à centralidade das políticas de avaliação e sua influência sobre o currículo e a formação de professores na França.

## 1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi centrada em estudos sobre educação primária e secundária publicados a partir do ano 2000. Foram utilizadas três fontes principais para a identificação de estudos primários:

- Bases de dados eletrônicas.
- Busca manual em revistas e sites especializados.
- Indicações de especialistas sobre o tema.

Após esse levantamento, a próxima etapa consistiu em uma revisão sistemática de literatura seguindo 4 passos:

1. Definição dos critérios de inclusão dos estudos selecionados de acordo com os marcos teóricos da pesquisa.
2. Mapeamento de estudos a serem utilizados.
3. Controle de qualidade e relevância dos estudos selecionados.
4. Síntese das informações.

Com base nos critérios de qualidade e relevância aplicados aos estudos selecionados, foram revisados 32 estudos que compõem a bibliografia desse relatório.

## **2. A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA FRANÇA E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL**

Os textos selecionados para o estudo destacam que a implantação da Nova Gestão Pública na França se assemelha, por um lado, ao modelo anglo saxão que reforça os princípios neoliberais ao mesmo tempo em que busca a valorização de uma governança local. Por outro lado, se assemelha também ao modelo escandinavo ou germânico, onde a descentralização se apresenta de forma mais enfática.

No caso da educação, os estudos ressaltam um período de relativa abertura desde início dos anos 1980, marcado por uma lei geral descentralizadora votada em 1981, e por uma nova definição de justiça influenciada pelos exemplos britânicos. Mas o que é destacado também é a permanência de uma referência à tradição republicana e napoleônica que marca o surgimento do estado burocrático moderno ao qual se encontra associado o projeto político de escola moderna.

A implantação da Nova Gestão Pública foi ampliada após a reunião do Conselho Europeu realizada em Lisboa em 2000 onde se acordou um novo objetivo estratégico para a União Europeia tendo em vista reforçar a reforma econômica e a coesão social no âmbito de uma economia baseada no conhecimento.

Duas medidas principais foram realizadas na França ligadas às orientações desta reunião:

- A Lei Orgânica relativa às Leis de Finanças (Loi Organique relative aux Lois de Finances), aprovada em 2001, propôs uma nova organização dos serviços públicos baseada no accountability.
- A Lei 2005, que entre outras atribuições modifica a estruturação do currículo por disciplinas priorizando um marco de competências básicas inspiradas no marco europeu de competências chave e definido pela Comissão Europeia para a Educação Permanente.

A noção de autonomia pedagógica resgatada por estes marcos deixa de se basear numa concepção pedagógica para assumir um sentido gerencial, assumindo as recomendações das organizações internacionais em relação à diversificação do currículo escolar como meio de promover a efetividade e a equidade. Foram contempladas várias

possibilidades para a inovação, permitindo às instituições educacionais obter maior liberdade fora das regulações nacionais.

### 3. PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

Nesta seção serão apresentados os principais achados da pesquisa em relação às temáticas definidas para esta ação. O foco principal ficou nas influências da Nova Gestão Pública na centralidade das políticas de avaliação e no currículo e formação de professores.

#### 3.1. Políticas de Avaliação

Com base no conteúdo dos textos selecionados é possível destacar alguns marcos importantes na consolidação da centralidade das políticas de avaliação em larga escala como mecanismo de regulação do sistema educacional.

- 1987 – Criação da Diretoria de Avaliação (Ministère de l'Éducation Nationale) responsável pelos primeiros programas de definição de métricas e estudos estatísticos ligados ao desempenho dos alunos em exames em larga escala.
- 1989 - Promulgação da Lei de Orientação que fixou os objetivos ligados à “modernização” do sistema educacional por meio de uma cultura de avaliação, influenciando os projetos pedagógicos dos estabelecimentos educacionais com foco nos alunos e participação dos pais.
- 2000 - Criação do Conseil d'évaluation de l'École (CEE) responsável por elaborar pareceres e recomendações sobre a pertinência e consistência da avaliação das políticas públicas educativas.
- 2006 - Criação da DEPP (Direction de l'évaluation, de la prospective et de la performance) que exerce as suas competências de avaliação e medição de desempenho nas áreas da educação e formação, contribuindo para a avaliação das políticas conduzidas pelo Ministère de l'Éducation Nationale.
- 2013 – Criação do CNESCO (Conseil national d'évaluation du système scolaire) que analisa e apoia políticas e práticas educativas. Visa melhorar o conhecimento dos sistemas escolares franceses e estrangeiros de forma a criar dinâmicas de mudança na escola, em benefício do sucesso de todos os alunos. Visa melhorar o conhecimento dos sistemas escolares franceses e estrangeiros e compartilhar os



resultados da pesquisa em educação, a fim de criar dinâmicas de mudança na escola com foco no desempenho dos alunos.

Além disso, os textos selecionados também destacam a consolidação de uma cultura da avaliação por meio de influências das organizações internacionais por meio de pesquisas comparativas, com destaque para o Projeto INES (Indicators of Educational Systems) e o PISA (Programme for International Student Assessment).

### ***3.2. Currículo e formação de professores***

Os estudos ressaltam os currículos dos cursos de formação de professores na França focados na potencialização da ideia de “modernização” do sistema educacional com foco na utilização de recursos tecnológicos visando a eficácia, bem como a economia de tempo e recursos. Fica claro, portando, um foco da formação direcionada aos resultados.

Nesse sentido, o que se observa é uma concepção de desenvolvimento profissional com foco na produção de conhecimentos focados em habilidades e competências e preparação para a competição.

Além disso, os textos ressaltam o movimento para uma padronização dos currículos dos cursos de formação de professores em consonância com as orientações da União Europeia.

Em relação à formação continuada o que se observa são programas com foco na retomada dos estágios de formação no horário de trabalho, com utilização de plataformas online e o incentivo e reflexo no plano de carreira, da participação na formação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nova Gestão Pública na França é apresentada como um projeto de modernização educativa, mas cabe ressaltar um paradoxo, pois, diferente de outros países, sua implementação sofre resistências em relação às tendências de mercado e privatização. Isso se explica pela constituição histórica do sistema escolar republicano na França com forte caracterização da educação como um serviço público.

Conforme visto, a ação do Estado na educação se encontra dividida entre demandas contraditórias: Por um lado há a defesa de um marco de competências como ferramenta de diversificação pedagógica para o apoio da orientação individualizada e sucesso acadêmico dos alunos. Mas ao mesmo tempo, permanece a influência da escola republicana de buscar uma igualdade de condições para cada aluno com uma concepção padronizada do currículo.

Há, portanto, um paradoxo entre estandardização e diversificação e uma forte tensão entre avaliação e currículo. Cada membro do corpo docente é considerado autônomo em sua aula. Ao mesmo tempo, como membros do funcionalismo, os docentes têm que aplicar as instruções oficiais emitidas pelo Ministério para a implementação do currículo.

## BIBLIOGRAFIA

ALTET, M., DESJARDINS, J., ÉTIENNE, R., PAQUAY, L., & PERRENOUD, P. Former des enseignants réflexifs: obstacles et résistances. De Boeck Supérieur, 2013.

BARRÈRE, A. Sociologie des chefs d'établissement. Les managers de la République. Paris : PUF, 2006. – 184 p. (Éducation & société).

BARRÈRE, A. Les enseignants au travail. Paris : L'harmattan. 2002.

BENVENISTE, Claire. Professionnalisation des enseignants et démocratisation scolaire : une formation initiale pensée à l'aune de la réduction des inégalités scolaires? Éducation et socialisation [En ligne], 50 | 2018.

BRISARD, Estelle e MALET, Régis. La formation professionnelle des enseignants en France et au Royaume-Uni : dispositifs d'alternance et modèles de formation. Revue française de pédagogie, No. 144, Dynamiques multiculturelles et politiques scolaires en Europe (JUILLET-AOÛT-SEPTEMBRE 2003).

DEROUET, Jean-Louis, NORMAND, Romuald e PACHECO, Ramon GP. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 132, p. 723-741, jul.-set., 2015.

DEROUET Jean-Louis & NORMAND Romuald (dir.). L'Europe de l'éducation : entre management et politique. Lyon : INRP ; Chasseneuil : ESEN, 2007, 205 p.

DUTERCQ, Yves et MALEYROT, Eric. Les enseignants français du primaire face aux politiques de reddition de comptes : une évolution de leur professionnalisme dans un contexte d'accountability subjective. Revista de Sociología de la Educación (RASE) 2017, vol. 10, n.º 3.

DUTERCQ, Yves, THURLER, Monica Gather, PELLETIER, Guy. Le leadership éducatif, entre défi et fiction. 2015.

FELOUZIS, Georges e PERROTO, Joëlle. Enseigner dans le privé et le public en France. Une analyse comparative. Revue française de pédagogie Recherches en éducation 177 | octobre -décembre 2011.

FOURNIER, Sandrine e MASOU, Roula. Le rôle managerial des chefs d'établissement : quels enjeux de satisfaction pour les enseignants du secondaire en France ? @GRH, 21(4), 71-93. doi:10.3917/grh.164.0071. 2016.

GAGNON, Roxane e BALSLEV, Kristine. La formación des enseignants d'un point du vue didactique: Bilan de deux décennies d'articles de Repères. Repères, 46/2012.

GAUTHIER, Pierre-Louis. France : la formation des enseignant en échec. Revista Española de Educación Comparada, [S.l.], n. 22, p. 59-71, july 2013.

HARLÉ-GIARD, Isabelle e JOSSO-PERROCHAUD, Anne. Les évaluations nationales en CE1 et CM2 en France : entre enjeux institutionnels et tensions professionnelles. Spirale – Revue de Recherches en Éducation – 2013.

ICF. Étude sur les politiques de gouvernance et de gestion des systèmes scolaires. EU Publications, octobre 2017.

LANG, V. La profession enseignante en France: permanence et éclatement. In *La profession d'enseignant aujourd'hui*. De Boeck Supérieur, 2004.

MALET, R. Du développement professionnel à l'établissement-formateur: une nouvelle ère de l'imputabilité dans l'enseignement?. In *Professionnalisme enseignant et politiques de responsabilisation* (pp. 145-157). De Boeck Supérieur, 2017.

MALET Régis & BRISARD Estelle (dir.). Modernisation de l'école et contextes culturels : des politiques aux pratiques en France et en Grande-Bretagne. Paris : L'Harmattan, 2005. – 277 p. (Éducation comparée).

MAROY, Christian. Les évolutions du travail enseignant em France et en Europe: Facteurs de changement, incidences et résistances dan l'enseignement secondaire. Revue Française de Pédagogie, n. 155, avril-mai-juin 2006, 111 – 142.

MONS, Nathalie. Évaluation des politiques éducatives et comparaisons internationales. Revue française de pédagogie | 164 | juillet-août-septembre 2008.

NORMAND, Romuald. La circulation internationale des techniques de la preuve dans les programmes d'intervention et de gestion publique en éducation. Ecole nationale d'administration | « Revue française d'administration publique » 2017/1 N° 161 | pages 19 à 30.

NORMAND, Romuald. A profissão docente à prova da Nova Gestão Pública: a reforma inglesa da Terceira Via. Revista Educação em Questão, Natal, v. 46, n. 32, p. 37-50, maio/ago. 2013.

NORMAND, Romuald. La sociologie de l'éducation : une science de gouvernement ? Education et Sociétés, 30, 2012, De Boeck, ENS Éditions.

NORMAND, Romuald e DEROUET, Jean-Louis. Évaluation, développement professionnel et organisation scolaire. Revue française de pédagogie, n° 174, janvier-février-mars 2011.

NORMAND, Romuald. Gouverner la réussite scolaire. Une arithmétique politique des inégalités. Berne : Peter Lang et Lyon : ENS de Lyon, 2011.

NORMAND, Romuald. Les qualités de la recherche ou les enjeux du travail de la preuve en éducation. De Boeck Supérieur | « Education et sociétés » 2006/2 n° 18 | pages 73 à 91.

NORMAND, Romuald. La mesure de l'école : politique des standards et management par la qualité. Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs [En ligne], Hors-série n° 1 | 2005.

OLSEN, Rolf V. e LIE, Svein. Les évaluations internationales et la recherche em éducation: principaux objectifs et perspectives. revue française de pédagogie, n° 157, octobre-novembre-décembre 2006.

PÉRIER, P. Professeurs débutants: les épreuves de l'enseignement. Presses universitaires de France, 2014.

PONS, X. De nouvelles connaissances pour une nouvelle gouvernance par les résultats? L'exemple de l'éducation en France et de trois outils d'évaluation. Recherches sociologiques et anthropologiques, 43(43-2), 15-34, 2012.

PONS, X. Les méthodes des enquêtes internationales et leurs fonctions politiques.: L'exemple de la France face à PISA (1995-2008). Mesure et évaluation en éducation, 34(2), 57-85. 2011.

VAN ZANTEN, Agnès. La profession enseignante en France : quelles évolutions? revue internationale d'éducation - S È V R E S. N° 30 - juin 2002.